

STEPIE UNI ENERGIA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa **STEPIE UNI ENERGIA LTDA.** é uma Sociedade Limitada e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.885.004/0001-18, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 43.2.0516480.9. Está sediada na cidade de Porto Alegre (RS), Avenida Severo Dullius, n.º 1395, sala 1001 - 3, bairro: Anchieta, Cep.: 90.200-310.

A Sociedade tem como objeto social o aluguel de máquinas e equipamentos de geração de energia elétrica e outros equipamentos; produção e comércio de energia elétrica e representações; desenvolver estudos, projetar e construir, operar e manter usinas elétricas oriundas de fontes de energia alternativa (eólica, gás natural, biomassa e hidráulica através de PCH), inclusive atividades industriais e comerciais correlatas às descritas, bem como exportação e importação de equipamentos e componentes; projetar, construir e operar linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica em qualquer classe de tensão; e participar em outras sociedades.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 05 de abril de 2024.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Empresa e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.4 Ativos Financeiros

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado e b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está sobrevalorizado (*impairment*).

3.5 Imobilizado

A Empresa realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiência anterior com ativos semelhantes.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.6 *Impairment* de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.7 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Empresa atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

3.9 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.10 Reconhecimento da Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções.

A Empresa reconhece a receita quando:

- (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (II) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (III) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.11 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual do ativo imobilizado; e,
- b) *Impairment* do ativo imobilizado e intangível.

NOTA 04 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, a Empresa revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

(a) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

(b) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

(c) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Empresa realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Empresa é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Empresa adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis.

A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

• Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Empresa somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Empresa possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

NOTA 05 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Antecipação de IRPJ e CSLL	111	111
Total de Impostos a Recuperar	111	111

NOTA 06 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

A Empresa analisa a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME - Seção 27 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, observando as seguintes indicações:

Fontes externas de informação:

(a) durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;

Fontes internas de informação:

(d) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;

(e) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de um ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de um ativo como finita ao invés de indefinida; e

(f) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Considerando estes fatores externos e internos, a administração não constatou indicação de perda.

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

7.1 Obrigações Tributárias

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CURTO PRAZO	2023	2022
Impostos a Pagar	464	99
Provisão CSLL	-	131
Provisão IRPJ	-	307
Portaria Conj. PGFN -RFB (a)	416	393
Parcelamentos Débitos – PGFN	81	55
Total	961	985

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS LONGO PRAZO	2023	2022
Portaria Conj. PGFN -RFB (a)	1.541	1.445
Parcelamentos Débitos – PGFN	1.016	1.190
Total	2.557	2.635

(a) Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Lei n 13.496/2017 a Empresa optou pelo parcelamento de débitos tributários no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT em 2017, incluindo débitos ainda não parcelados, bem como, optou por parcelamento simplificado no exercício.

7.2 Tributos Sobre o Lucro - Conciliação da Despesa com IRPJ/CSLL

Os valores dos tributos sobre o lucro registrados na demonstração do resultado do exercício são decorrentes da provisão do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL) correntes:

Conciliação da Despesa com IRPJ/CSLL	2023	2022
Provisão CSLL	-	(131)
Provisão IRPJ	-	(306)
Saldo em 31 de dezembro	-	(437)

NOTA 08 - PARTES RELACIONADAS

As transações comerciais realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados. Nos mútuos entre as empresas, os contratos preveem taxas de juros similares ao custo de captação de recursos junto ao mercado financeiro.

PARTES RELACIONADAS MÚTUO PASSIVO	2023	2022
Stemac S.A. Geradores	1.355	889
Total	1.355	889

NOTA 09 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 120, totalmente integralizado e dividido em doze (12) quotas de valores iguais.

NOTA 10 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	2023	2022
Juros Pagos	(188)	(435)
Total das Despesas Financeiras	(188)	(435)
Receitas Financeiras	2023	2022
Descontos Obtidos	-	1.014
Juros Recebidos	-	17
Provisão de Juros	-	1.645
Total das Receitas Financeiras	-	2.676
Resultado Financeiro Líquido	(188)	2.241

NOTA 11 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2023	2022
Recuperação de despesa	18	910
Total	18	910

NOTA 12 - RESULTADO POR QUOTA

O lucro básico e diluído por quota é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos quotistas da sociedade, pela quantidade de quotas emitidas.

Resultado por Quota	2023	2022
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício atribuído aos quotistas da		
Lucro disponível aos quotistas	(176)	2.661
	(176)	2.661
Denominador (quotas)		
Quantidade de Quotas	12	12
Total	12	12
Resultado básico e diluído por quotas (em Milhares de Reais)		
Valor da Quota	(14,67)	221,75

NOTA 13 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Empresa estão segurados conforme discriminado a seguir:

Tipo de seguro	Cobertura	Seguradora	Vencimento
Responsabilidade Civil	RC estabelecimento comercial, empregado, prestação serviços local de terceiro, obras civis, produtos, e danos morais R\$ 15 milhões.	AIG Seguros	03/03/2025
Riscos Nomeados Usinas	Cobertura para os equipamentos das Usinas de venda de Energia (Cobertura básica + Roubo + Dano Elétrico) VR: R\$ 15.4 milhões - LMI R\$ 5 milhões.	Pottencial Seguradora	24/08/2024

A Empresa considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.

NOTA 14 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica Lajida (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização).

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(176)	2.661
(+) IR, CSLL	-	437
(+) Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas	188	(2.241)
Ebitda	12	857
Margem Ebitda	0,0%	0,0%